

Desventuras de um império global

ANTONIO CARLOS PEIXOTO

ESTE TRABALHO pretende desenvolver uma reflexão sobre as grandes linhas de definição do sistema internacional na atualidade e o papel desempenhado pela política externa norte-americana neste cenário.

As recentes atitudes do governo norte-americano e o surgimento da já denominada “Doutrina Bush” – a guerra preventiva, a utilização da força, mesmo sem mandato internacional ou com fraco apoio externo, e a manutenção a qualquer custo da unipolaridade estratégica (leia-se superioridade militar incontestável dos Estados Unidos) – levam-nos a adotar um critério analítico tentador, mas, talvez seja nas atuais circunstâncias, parcial e equivocado, pois estamos, mais do que nunca, no mais aberto e desabusado reino do interesse nacional. Nunca os diferenciais de poder de um país perante os demais, coligados ou não, foram tão grandes. Retomemos, portanto, a trilha aberta por Maquiavel, continuada por Hobbes e, na segunda metade do século XX encarnada por Morgenthau, ainda que a dimensão intelectual do terceiro não seja obviamente comparável à dos dois primeiros: é deles a vitória; como em Machado de Assis, “ao vencedor as batatas”.

É incontestável que a questão do interesse nacional exerceu um papel central em toda a evolução da política externa norte-americana. Entretanto, isso não deve ser visto sob esquemas simplificadores, segundo os quais a projeção do interesse americano é uma simples manifestação da força bruta, como se a elite política daquele país fosse composta por indivíduos primários, que não podem medir forças com os europeus, mestres refinados das sutilezas das artes diplomáticas. Se for verdade, como diz Lewis Carroll no famoso diálogo entre Alice e o gato de Cheshire, pelas palavras do gato respondendo às angústias da moça sobre a trajetória a ser seguida, “se você pegar qualquer caminho, a algum lugar você chega”.

Interesse nacional é uma categoria a ser manejada com algum cuidado. Se os Estados Unidos adotam o isolacionismo, é porque o interesse nacional assim determina. Se caírem no intervencionismo aberto ou mais velado, também trata-se de uma questão de interesse nacional. Se a política externa for deslocada para o universalismo – não é o mesmo que intervencionismo – mais uma vez encontraremos o interesse nacional presente, dando ao conceito uma dimensão de tal fluidez, que ele acaba não explicando nada. Quando se trilha qualquer caminho,

a algum lugar se chega, mesmo que não se saiba *a priori* qual será o destino final. Quando se utiliza o interesse nacional para explicar qualquer coisa, ainda que continuemos sem saber qual será o ponto de chegada, o ponto de partida está previamente determinado. Isolamento, intervenção e universalidade na política terão sempre a mesma matriz. Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt (recorde-mos que o último foi o homem da “política da porretada”) são a mesma coisa, ainda que não o sejam por outras razões, paradoxalmente eles guardam algumas semelhanças.

A questão central reside no seguinte ponto: o interesse nacional é, frequentemente, reduzido a uma dimensão puramente imediatista e de ganho material. Ele permeia diferentes atitudes na política externa, mas não explica, sozinho, todas elas.

Henry Kissinger coloca de modo preciso esta questão, quando analisa o isolacionismo como uma atitude que, de uma ou de outra maneira, sempre esteve presente no comportamento externo do país. Como ele diz, citando George Washington: “Não devemos nos envolver por laços artificiais nas vicissitudes comuns da política européia. Nossa situação distante permite que sigamos um caminho diferente” (Kissinger, 1994, p. 32). O pronunciamento do primeiro presidente americano foi entendido como uma sentença de natureza moral. A segurança desfrutada pelos Estados Unidos era um sinal da providência divina, e não por razões geográficas.

Este sentimento de uma superioridade moral norte-americana, por oposição ao cinismo da *realpolitik* desenvolvida pelos países europeus, era reforçado pela autopercepção de que os Estados Unidos eram o repositório da liberdade. No entanto, a base moral da ação externa confunde-se com a defesa da liberdade. Acentue-se que tanto o intervencionismo como o universalismo mantêm estes mesmos argumentos no discurso. Em dezembro de 1904, Theodore Roosevelt proclamou o direito geral de intervenção (em outros países) pelas nações civilizadas. Mesmo no auge da sua política de intervenção, ele nunca abandonou a crença partilhada pela imensa maioria da nação americana de que os Estados Unidos eram a grande esperança do mundo (idem, p. 39). Superioridade moral e militar não eram, assim, incompatíveis, mesmo que Roosevelt tenha sido bem mais explícito no emprego da força bruta.

A vertente universalista da política externa norte-americana nasce deste sentimento da superioridade moral de um povo guiado por Deus. É a crença na identidade entre a política – no caso, de um só país – e a justiça universal.

Seria injusto considerar que esta é uma questão exclusivamente americana. Hallet Carr esclarece que a Grã-Bretanha também foi influenciada por esta postura, citando um artigo escrito por Toynbee, em 1935: a segurança do Império Britânico “era também o supremo interesse de todo o mundo”. E continua, desta vez com Bernard Shaw: “Um inglês jamais se esquece de que a nação que

deixa seu dever passar para o lado oposto ao do seu interesse está perdida” (Hallet Carr, 1981, p. 80). Esta identificação aparece de forma ainda mais explícita no discurso de Wilson ao Senado, pouco antes da entrada dos Estados Unidos na Primeira Grande Guerra: “Estes são princípios americanos, políticas americanas. São os princípios da Humanidade e devem prevalecer” (id., p. 81).

Não é surpreendente, portanto, que, diante de determinadas circunstâncias como as que foram criadas a partir de 11 de setembro de 2001, o isolacionismo dos primeiros meses do Governo Bush dê lugar a uma política de intervenção aberta, de escala universal e baseada na força. Antes de analisar o quadro atual, seria importante, entretanto, examinar como chegamos a ele.

Gostaria, em primeiro lugar, de chamar a atenção para alguns pontos, talvez mais específicos do processo internacional, visto que em virtude da abrangência e da multivariabilidade de fatores que interferem nesse processo, seria praticamente impossível abarcar a totalidade do fenômeno internacional na sua complexidade.

Assim, o primeiro ponto que me parece importante versa sobre as consequências da superação do mundo da Guerra Fria, ou do mundo da bipolaridade. Embora esta transição possa ser analisada de várias perspectivas, das quais derivar-se-iam diferenças quanto aos aspectos relevantes a serem considerados, limito-me aqui a apresentar um ponto para reflexão e discussão.

Passamos de uma situação de bipolaridade imperfeita a uma multipolaridade igualmente imperfeita ou assimétrica. Já nos anos de 1970, a partir de uma maciça alocação de recursos no terreno militar, a União Soviética tinha praticamente igualado o orçamento de defesa norte-americano, embora com prejuízo do restante de sua economia. Isto porque, nos Estados Unidos, principalmente no período que se seguiu ao fim da Guerra do Vietnã, tornou-se difícil defender no Congresso Americano a manutenção das mesmas taxas de alocação de recursos para a defesa nacional do país.

Tornou-se claro então, para a maioria dos analistas, que a bipolaridade poderia existir no plano mais especificamente militar, mas ela não mais existia no terreno econômico. Ou seja, a competição que se desenvolvia no mundo bipolar era de natureza muito mais estratégica do que a que girava em torno de projetos de desenvolvimento econômico.

Se nós refinarmos essa análise, podemos chegar a afirmar que a bipolaridade não era perfeita nem mesmo no terreno estratégico, visto que o arsenal dissuasivo norte-americano apresentava características de tecnologia mais avançada, principalmente no que diz respeito à sua superioridade incontestada no terreno da informática. Mas isso, creio eu, nos levaria a uma discussão muito longa sobre a utilização da tecnologia na defesa. Portanto, limito-me a afirmar que a bipolaridade, a partir dos anos de 1970, já era uma bipolaridade imperfeita.

O colapso da União Soviética e o fim do socialismo real introduziram importantes mudanças no equilíbrio do poder mundial, que não podem ser igno-

radas ou subestimadas. O sistema da bipolaridade, no qual o mundo tinha se acostumado, ainda que perigosamente, a viver desde o final da Segunda Guerra Mundial, foi rompido e as expectativas da criação de uma nova ordem internacional não foram realizadas, e dificilmente o serão em curto prazo. Esta nova ordem, desejada por muitos e que se supunha poder ser mais homogênea e igualitária, ficou no terreno das ilusões. O que predomina atualmente na cena internacional são aspectos profundamente negativos e que contribuem não para uma estabilidade do sistema mas, ao contrário, para a irrupção de uma série de focos nos quais a tensão vem se tornando crescente, seja no plano estratégico, seja no plano econômico-financeiro.



Alexander Nemenov / Agência France Presse

Soldados do Ministério da Emergência russo marcham na Praça Vermelha, em Moscou.

Cabe, portanto, desde o início, a seguinte pergunta: por que não foi possível construir uma ordem internacional dentro dos parâmetros de uma maior igualdade e de uma maior aproximação no nível de vida e de indicadores sociais entre os diferentes países, além de uma maior homogeneidade, para que as diferenças entre países, sejam elas étnicas, religiosas ou culturais, num sentido mais geral, pudessem permitir um convívio pacífico? Para entender as razões da situação mundial tal qual vivemos hoje, é preciso recuar um pouco no tempo. Deve-se examinar, com alguma profundidade, o quadro com que se deparavam os analistas da situação internacional, desde os anos de 1970, ou seja, num período de 20 a 25 anos, que nos mostrava, basicamente, o seguinte: a União Soviética

deixara de se constituir numa ameaça sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar, ela havia perdido a capacidade de polarização, ou seja, de atração de diversos contingentes sociais de diferentes países, em direção ao socialismo, na medida em que os erros e os vícios do socialismo real se apresentaram cada vez mais com maior visibilidade, num mundo em que a imprensa, ou a mídia de um modo geral, já havia obtido espaço suficiente para exercer o seu poder crítico diante daquilo que se passava nos países do Leste Europeu.

De um segundo ponto de vista, ou seja, no patamar econômico, o processo de crescimento da União Soviética, que durante os anos de 1950 e durante os anos de 1960 foi extremamente rápido e veloz, havia se estancado. O crescimento soviético, arrastando com ele os países com os quais a União Soviética estava ligada por um sistema de pactos, como o Pacto de Varsóvia, que garantia a base militar do controle soviético, e o Comecom, o pacto econômico que vinculava a União Soviética a esses países, já mostrava que os processos de direção extremamente centralizados da economia soviética não estavam mais permitindo uma taxa de desenvolvimento que pudesse criar no mundo ocidental o receio de que o sistema socialista fosse, no patamar econômico, superior ao capitalismo.



Alexander Nemenov / Agência France Presse

Soldados russos ostentam bandeira em desfile militar na Praça Vermelha, em Moscou.

As conclusões que se poderiam tirar desse quadro eram, mais ou menos, óbvias: a União Soviética continuava sendo uma potência militar, mas não se constituía mais numa potência econômica. A defasagem entre o capitalismo e o socialismo era mais do que percebida e, desde a segunda metade dos anos de

1970, foi se acentuando com a difusão de novas tecnologias no processo produtivo e com tecnologias que, se ainda não tinham sido implantadas, já estavam sendo anunciadas e foram efetivamente postas em prática a partir dos anos de 1980.

É curioso assinalar, neste contexto, que a União Soviética não soube tirar partido dos problemas bastante graves que os Estados Unidos enfrentaram nos anos de 1970. Primeiro, o descrédito internacional em virtude da derrota sofrida na Guerra do Vietnã e, logo em seguida, os problemas internos causados pela renúncia de Nixon e pelo descrédito que o sistema político norte-americano sofreu internamente. Hoje, há pouco mais de 20 anos de distância, é possível colocar a seguinte questão: não teria sido possível para a União Soviética conseguir um pacto de não-agressão aos Estados Unidos, assim como um programa de redução gradual dos armamentos nucleares para diminuir os custos que o orçamento de defesa lhe impunha? No entanto, a verdade é que a política soviética não se orientou neste sentido e, ao contrário, equivocadamente, tentou tirar partido de uma fraqueza momentânea dos Estados Unidos e realizar avanços nas áreas diplomática e militar. Isto foi visível em algumas partes da África, como na Etiópia, Somália, Angola e em Moçambique, que tinham acabado de se libertar da dominação portuguesa; e também em 1979, ao invadir o Afeganistão e tentar obter o controle militar e político daquele país.

Sem dúvida alguma, isso se constituiu num grave equívoco, pela simples razão de que, mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos iriam se recuperar do seu desgaste político interno bem como da sua falta de credibilidade internacional, e restabeleceriam uma hegemonia econômica e política que fora abalada mas não destruída.

Durante o Governo Carter, ao mesmo tempo em que a opinião pública americana, irritada com a derrota sofrida pelos Estados Unidos, estava propensa a aceitar e até mesmo a exigir uma diminuição dos gastos de defesa, o que efetivamente ocorreu durante os primeiros anos deste governo, a União Soviética, ao contrário, aumentou consideravelmente o seu orçamento militar para obter aquilo que sempre fora um dos seus maiores objetivos: a paridade militar com os Estados Unidos. Isto já existia, na medida em que a capacidade de destruição recíproca estava assegurada, mas o que os soviéticos queriam era investir em tecnologias que lhes permitissem ter uma paridade plena e completa com o seu rival norte-americano.

Os números neste caso são bastante eloquentes. A União Soviética apresentava um Produto Interno Bruto que era mais ou menos próximo da faixa de 55% em relação ao PIB norte-americano, ou seja, para cada dólar que os Estados Unidos gastava em defesa, a URSS era obrigada a gastar 1,8 dólar. Se é verdade que os gastos americanos diminuíram no período entre 1977 e 1980, enquanto cresceram os gastos soviéticos, é preciso considerar que qualquer aumento no orçamento de defesa dos Estados Unidos forçaria a União Soviética a gastos que

seriam insuportáveis para uma economia que conhecia ou apresentava todas as vicissitudes de um estadismo exagerado e de uma planificação central que era, como todos sabemos hoje, extremamente falha e até mesmo fictícia em larga medida. Os números apresentados pela União Soviética relativos à sua economia não eram confiáveis.

Muito freqüentemente, o nome do presidente Ronald Reagan está associado ao processo de retomada de uma superioridade tecnológica militar perante a União Soviética, o que é, até certo ponto, um equívoco. Já no final de 1979, quando o presidente Carter apresentou o orçamento que deveria vigorar nos Estados Unidos para o ano fiscal de 1980 até 1981, a rubrica relativa à defesa já apresentava um crescimento bastante grande. As acusações que vinham de vários lados, desde setores da elite política até segmentos do *establishment* acadêmico norte-americano e dos analistas internacionais, fundamentavam-se num ponto comum: demonstrar que enquanto a União Soviética estava efetuando uma política de rearmamento agressivo, os Estados Unidos estavam, ao contrário, se transformando num país indefeso. Esta foi a opinião corrente que prevaleceu nos Estados Unidos sempre que as relações com a União Soviética, principal opositor no sistema internacional, eram analisadas. Não foi, portanto, Reagan que iniciou a política de aumento no orçamento de defesa dos Estados Unidos. Carter já havia feito. O que Reagan fez, simplesmente, foi prosseguir esta política de Carter, aumentando cada vez mais este orçamento, de modo a colocar para a União Soviética um custo que se tornou cada vez mais insuportável em razão do desnível existente entre as duas economias.

No começo dos anos de 1980, a União Soviética já não tinha como acompanhar o ritmo que os Estados Unidos estavam imprimindo aos seus gastos com a defesa. As tentativas efetuadas por Gorbachev não tiveram êxito e, no final dos anos de 1980, principalmente depois da tentativa de golpe contra Gorbachev e que acabou levando ao poder o presidente Yeltsin, a URSS já não existia enquanto tal, tendo se transformado numa comunidade de Estados independentes, e muitos dos quais hostis a ela. Portanto, deixou de se constituir, a partir daí, num perigo para o Ocidente; apesar de ter conseguido manter uma alta capacidade de destruição no plano militar, faltava-lhe, entretanto, a direção política que orienta a ação militar.

Esta ausência de um inimigo visível que organizou o sistema de bipolaridade deveria permitir a formação de uma ordem internacional que fosse baseada não no equilíbrio do terror, da destruição ou da possibilidade de destruição recíproca, mas numa maior homogeneidade da população mundial no que se refere ao acesso, aos bens de consumo indispensáveis a uma existência digna e numa maior igualdade entre os Estados nacionais. As razões de uma guerra possível ou em potencial tinham desaparecido. A conseqüência lógica disto seria, obviamente, a afirmação da paz. Hoje existe a paz, mas convive com focos de tensão em dife-

rentes níveis que não puderam, até agora, ser controlados, e aqueles que o foram padeceram de um controle extremamente precário, e podem eclodir novamente a qualquer momento.

Retornemos à pergunta inicial: por que não se organizou uma nova ordem internacional? Uma ordem internacional, qualquer que seja, supõe a existência e o entrecruzamento de três elementos. Em primeiro lugar, é preciso que exista algum país – ou conjunto de países que vivem uma hegemonia compartilhada – que responda pelo papel hegemônico dentro desta ordem, garantindo sua sobrevivência e seu equilíbrio. É necessário, em segundo lugar, que haja um sistema relativamente fixo de hierarquias entre os diferentes países, naquilo que se refere aos recursos e às posições de poder de cada um deles. Mudanças rápidas nesse sistema são um fator de perturbação da ordem internacional, qualquer que ela seja. Em terceiro lugar, mas não menos importante, devem existir mecanismos capazes de controlar ou de absorver as crises que eventualmente podem explodir aqui e acolá. Portanto, precisa haver um equilíbrio da ordem, apesar da inevitabilidade de conflitos em diferentes regiões do planeta.



James A. Farrally / Agência France Presse

O navio norte-americano John C. Stennis parte do porto na Califórnia, nos EUA.

Se examinamos o cenário internacional atual, facilmente constatamos que nenhum desses fatores existe pelo menos de forma perfeita. O papel da potência hegemônica cabe, sem dúvida alguma, aos Estados Unidos; mas aí se coloca, desde logo, uma questão: até que ponto eles estiveram dispostos a exercer efeti-

vamente este papel? Esta resposta não pode ser nem totalmente afirmativa, nem totalmente negativa. Em alguns momentos, premidos pelas circunstâncias, os Estados Unidos efetivamente intervieram, como no caso da Guerra do Golfo, quando encabeçaram uma coligação internacional que expulsou Saddam Houssein do Kuwait. Esta mesma ação pôde ser verificada na Guerra da Bósnia, que se arrastava há muitos anos e que, só depois de uma intervenção mais energética norte-americana, se obteve uma trégua temporária, mas garantida pela presença de tropas americanas na área. Da mesma maneira, os Estados Unidos também intervieram em crises de outras naturezas – econômicas – como no caso do México, no final de 1994 e começo de 1995, e também por meio do Fundo Monetário Internacional, para socorrer as economias asiáticas submetidas a fortes pressões especulativas e que levaram à sua desestabilização durante o ano de 1997.



Agência France Presse

Uma aeronave EA-6B é lançada pela catapulta do porta-aviões Enterprise, dos EUA.

Mas o que é preciso ver é que essas ações norte-americanas foram circunstanciais e localizadas. Os Estados Unidos atuam quase como uma espécie de corporação de bombeiros que corre para apagar um incêndio no momento em que ele ocorre. Mas não existe na sua política externa um projeto global de ordenamento do cenário internacional que, se não impede, pelo menos torna mais difícil a eclosão dessas crises. Neste sentido, nota-se que a própria elite política americana, ou seja, os dois partidos – o republicano e o democrata – continuam mantendo uma postura ainda caracterizada por aquilo que marcou a

política dos Estados Unidos durante muitas décadas: a tendência ao isolacionismo. A América é a América; o resto do mundo é uma outra fronteira, um outro conjunto de questões. E uma ação norte-americana fora de suas fronteiras internas só se justifica quando os prejuízos que uma eventual crise possa provocar forem por demais custosos aos Estados Unidos e para o conjunto de seus interesses com os países mais prósperos da Europa Ocidental e as economias asiáticas.

Se passamos para o segundo ponto, constatamos que o sistema de hierarquias relativamente estável de posições de poder está apresentando uma dinâmica que vem alterando essa configuração. O crescimento da China como potência econômica e suas projeções para uma eventual potência militar são mais do que visíveis. Ao mesmo tempo, os países europeus não conseguem se unificar em torno de uma vontade política comum, sendo assim incapazes de exercer uma ação diplomática e uma ação militar comum, deixando os Estados Unidos praticamente sozinhos naquilo que se refere à questão da estruturação da ordem. Este sistema de hierarquias, apesar de ainda não ter sofrido nenhuma mudança em profundidade, está, entretanto, mostrando elementos de dinamismo que, mais cedo ou mais tarde, acabarão por produzir alterações nas posições de poder dentro do sistema internacional.

De um terceiro ponto de vista, observamos que o atual cenário internacional não apresenta nenhum mecanismo de equilíbrio auto-regulado capaz de impedir, tornar mais difícil ou resolver as crises que porventura surjam em diferentes locais ou níveis. Cada situação de crise é enfrentada isoladamente. Não há projeto comum das principais potências para criar um sistema de barragem que impeça a eclosão dessas crises. Assim, cada caso é um caso. E ele é enfrentado ou resolvido por meio de negociações que são árduas e difíceis. Relembremos alguns exemplos: quando se deu a Guerra do Golfo, os Estados Unidos não conseguiram participação da Alemanha e do Japão. Esta participação militar não seria, evidentemente, o fator decisivo da vitória sobre as forças iraquianas, mas teria um conteúdo simbólico de unidade ocidental, cuja importância seria extremamente significativa para o resto do mundo. Alemanha e Japão aceitaram, ainda que a contragosto, pagar uma parte das despesas das operações militares, mas não participaram delas.

Da mesma forma, quando se deu a crise financeira mexicana, no final de 1994 e início de 1995, a Europa não tomou conhecimento dela. Como o México é um país fronteiro com os Estados Unidos, e uma crise econômica de proporções mais graves naquele país teria inevitavelmente repercussões negativas no vizinho, na medida em que poderia causar um fluxo incontrolável de imigrantes ilegais, os Estados Unidos também agiram sozinhos. E agora, mais recentemente em 1997, na tormenta da crise asiática, a Europa também não se moveu. Isto para não falar da Bósnia, que situa-se em território europeu (ainda que não faça parte da União Européia), mas, lamentavelmente, os países europeus, depois de intermináveis discussões diplomáticas, não conseguiram colocar em prática ne-

nhum projeto eficaz de resolução de sua crise. Ela foi resolvida com a intervenção norte-americana.

Se isto mostra de um lado que, efetivamente, os Estados Unidos ocupam um papel hegemônico, e que os problemas mais graves da atualidade internacional só são resolvidos quando se produz uma intervenção norte-americana, volta-se, por outro lado, à primeira questão: as suas intervenções são circunstanciais e momentâneas, ocorrem caso a caso; não são orientadas com base em um quadro estratégico, político, diplomático e militar organizado. Além disso, sempre que eles intervêm não conseguem definir de antemão e de modo claro com que aliados podem contar, podendo esses simplesmente se neutralizar diante da eclosão de uma crise.

Já é possível constatar nesse momento que não só não existe uma ordem internacional, apesar de existir uma potência hegemônica, mas também que esta hegemonia é exercida de modo imperfeito ou incompleto, como também é possível afirmar que em muitos terrenos ou em muitos setores, o que estamos assistindo é a uma desordem sem precedentes. Existem crises – e a África é cenário de várias delas – diante das quais os Estados Unidos simplesmente cruzam os braços. A Europa freqüentemente ou quase sempre assiste de longe, e o Japão nesse momento está mais preocupado com os graves problemas de sua economia, assim como os da economia dos demais países asiáticos.

Vamos tentar examinar, ainda que rapidamente, as diferentes possibilidades de desafio à hegemonia dos Estados Unidos na presente conjuntura internacional, seja ele singular – vindo de um só país, ou plural – quando se remete a uma coligação de nações.

Difícilmente os Estados Unidos poderiam ser ultrapassados, a curto ou médio prazo por algum competidor individual. Não é possível reproduzir, no início do século XXI, aquilo que aconteceu com a Grã-Bretanha no final do século XIX. Naquela conjuntura, a hegemonia britânica estava sendo desafiada por um competidor que se encontrava próximo, no caso a Alemanha, e pelos Estados Unidos, cujos objetivos diplomático-estratégicos não almejavam, naquele momento, uma posição central na cena internacional. Ultrapassar a Grã-Bretanha do ponto de vista econômico-global (leia-se PIB) e no terreno industrial era possível, ainda que Londres mantivesse a hegemonia comercial e financeira num quadro de paridade relativa no plano científico e tecnológico, havendo uma superioridade militar terrestre da Alemanha e naval do lado britânico. A indefinição quanto ao exercício da hegemonia produziu a Primeira Guerra Mundial e, na sua projeção, o conflito de 1939-1945.

Não há nenhum país que esteja próximo dos Estados Unidos na corrida pela hegemonia mundial, seja em termos globais ou parciais, o que significaria uma segmentação de poder. É igualmente ilusório supor que algum país possa ultrapassar o poderio norte-americano em determinados terrenos e permanecer

atrás em outros. Singularmente, o único país que poderia aceitar o desafio é a China, pela mobilização intensa de seus recursos visando ao crescimento econômico. Mesmo levando-se em conta de que a economia americana encontra-se num ciclo recessivo e que a China mantém altas taxas de crescimento, é preciso ver que só agora sua economia está se aproximando das potências mundiais européias – Itália, Grã-Bretanha e França –, encontrando-se ainda distante da Alemanha, mais ainda do Japão, e a uma enorme distância dos Estados Unidos. É preciso verificar se as taxas de crescimento da China poderão ser mantidas e se o ciclo recessivo norte-americano será prolongado.



Henny Ray Abrams / Agência France Presse

Corretores trabalham no pregão da Bolsa de Valores de Nova York, nos EUA.

A hipótese de uma coligação que se contraponha aos Estados Unidos também encontra-se afastada do terreno das probabilidades. Coligações são organizadas em torno de interesses comuns ou para enfrentar um perigo imediato. Mas a questão do perigo depende, em última análise, da percepção que se tem dele. No jogo político, a noção de perigo não é um dado objetivo, que exista ou se desenvolva independentemente da visão dos demais atores envolvidos. Entre os países que têm peso no sistema internacional, alguns podem não gostar dos excessos da hegemonia norte-americana ou do modo pelo qual ela é exercida, mas não é razoável supor que um determinado grupo tenha chegado à percepção de que os Estados Unidos são o inimigo que deva ser abatido. Mesmo porque as coligações destinadas a deslocar sua hegemonia só se organizam quando a soma dos recursos dos países que as compõem seja visivelmente superior à do adversário a ser enfrentado, pois no caso de equilíbrio de recursos o custo seria extremamente elevado e o resultado mais que duvidoso. Para que isto ocorresse em relação aos Estados Unidos seria necessário que toda a Europa e o Japão se coligassem, hipótese totalmente absurda; o que nos leva a concluir que os Estados Unidos não enfrentam hoje, e não enfrentarão durante um longo tempo (impossível de ser previsto) nenhum desafio do tipo global.

A contestação ao modelo sociocultural é de natureza mais difusa e, por isso mesmo, envolve questões diferenciadas. Existe uma vertente desta contestação que tem a ver com os movimentos de oposição à globalização; e há uma outra que se apresenta sob a forma de um outro modelo civilizatório. A oposição à globalização, levada a cabo, principalmente por ONGs e alguns partidos políticos que no plano mundial são relativamente marginais, pode ser ruidosa e, às vezes, violenta, como os recentes acontecimentos de Gênova, no momento da reunião do G-7. Mas ela carece de uma direção política central e, mais importante que isto, de um projeto alternativo. O “anti” pode mobilizar, mas, sem um quadro propositivo, não desloca o modelo dominante, principalmente levando-se em conta de que não há países significativos que integrem abertamente a coligação das forças que se opõem à globalização.

A questão do modelo de civilização esteve em discussão nos círculos especializados, durante os anos 1990, dentro da perspectiva colocada por Huntington (1996) a respeito do choque de modelos culturais civilizatórios. Sem entrar na discussão dos diversos pontos levantados pelo cientista político norte-americano, o que nos afastaria do assunto aqui tratado, um ponto, entretanto, deve ser enfatizado: modelos civilizatórios baseados em sistemas religiosos, como o islamismo e o hinduísmo, não conseguiram obter nenhum efeito de deslocamento do modelo dominante, que se expressa pela hegemonia dos Estados Unidos. É preciso, inclusive, que algum tempo decorra para que sejam avaliados os efeitos dos atentados terroristas, da derrocada do regime talibã e do recuo do fundamentalismo dentro do Islã. O próprio islamismo pode estar entrando em refluxo e perdendo sua capacidade de expansão, diferentemente do

que ocorreu nos anos de 1970 e 1980, quando as taxas de conversão ao islamismo foram extremamente elevadas. Até que ponto ele pode ressurgir, como força atuante no cenário internacional, é algo que depende, em larga medida, da atitude norte-americana.

Isto significa que a hegemonia dos Estados Unidos é um fato sem limites no tempo e sem nenhuma possibilidade de ser desfeita ou diminuída no seu grau de controle sistêmico? As coisas não parecem se apresentar exatamente desta maneira, e três pontos podem aqui ser postos como capazes de alterar o atual equilíbrio mundial, desfavorecendo os Estados Unidos. O primeiro deles se refere à gestão dos conflitos regionais, como o do Oriente Médio ou o que opõe a Índia ao Paquistão. Tomadas de posição unilaterais, que implicam a preservação de determinadas alianças a qualquer preço, podem ser contraproducentes, na medida em que terminam provocando ressentimentos e aumentando o número de países ou populações hostis aos Estados Unidos. No caso de conflitos envolvendo Estados ou populações islâmicas, isto pode, no limite, provocar o surgimento de uma contestação islâmica em larga escala e criar a clivagem da qual muito se falou, logo após o 11 de setembro, entre o Islã e o Ocidente, e que felizmente não ocorreu. Mas esta clivagem não está permanentemente descartada; ela pode ressurgir se as circunstâncias empurrarem o mundo islâmico para uma atitude mais radical.

O segundo ponto diz respeito ao modo pelo qual Bush está conduzindo a campanha norte-americana contra o terror e construindo sua liderança e sua legitimidade. Ao mobilizar os Estados Unidos para uma cruzada contra o terror, Bush definiu o inimigo e colocou a nação no caminho da guerra, aumentando seu prestígio interno por isto. Seria possível dar conta de todos os Estados apontados atualmente como terroristas, sem colocar em risco a própria coligação liderada pelo governo norte-americano? Se a lógica da guerra se mantém, os Estados Unidos precisam encontrar a cada momento um inimigo, mas neste processo eles correm o risco de isolamento internacional. Se a guerra termina, Bush arrisca-se a perder a credibilidade interna. Deste ponto de vista, a nação americana encontra-se num dilema que terá de ser resolvido, pois esta situação de tensão internacional não pode manter-se indefinidamente, sobretudo num quadro recessivo na Europa e nos Estados Unidos.

Mas Bush preferiu aceitar o risco do isolacionismo, baseado na supremacia militar. O argumento de base moral e que busca estabelecer a identidade entre o interesse hegemônico, por definição nacional, e a causa da justiça, que é universal, não foi suprimido. O comunismo internacional foi substituído pelo terrorismo internacional, que ameaça a Humanidade. Mesmo no papel do cavaleiro andante, solitário, os Estados Unidos não se recusarão a cumprir o seu dever, diante de seu próprio país e do resto do mundo.

Não descartemos os argumentos de ordem conjuntural. Bush, sem a guerra, e sem brandir o espectro de um inimigo de alta periculosidade é um presiden-

te de baixa legitimidade. Ele precisa do conflito, da guerra, para garantir a sua popularidade e a coesão do povo americano em torno dele. Dentro dessa lógica, e em virtude da proximidade das eleições, num quadro que, se não é recessivo, é de quase estagnação econômica, somado aos recentes escândalos contábeis de várias grandes corporações, é necessário evitar uma vitória dos democratas a qualquer preço. Assumir a liderança da nação, revelar uma face de estadista disposto a enfrentar a ameaça (desta vez vinda do Iraque) pode ser o fator que dará uma vitória republicana.

Depois do anúncio da nova doutrina estratégica norte-americana, a pressão por uma ofensiva militar contra o regime de Saddam Hussein parece ser quase um pretexto para que Washington imponha ao resto do mundo um unilateralismo baseado na força militar. Ninguém duvida do sucesso que os Estados Unidos teriam em caso de guerra contra o Iraque. Entretanto, é mais do que razoável duvidar de um sucesso político pós-conflito. Sem alternativa de mudança de governo à vista, o Iraque corre o risco de se transformar em um condomínio loteado entre os grandes interesses ligados ao petróleo, e sem solução para a questão curda e xiita.

Mais grave, entretanto, é o fato de que a guerra preventiva presente no discurso de Washington é um cheque em branco que o governo americano deu a si próprio. Por enquanto, o discurso está limitado ao terreno da segurança: trata-se de impedir que qualquer outro país adquira capacidade no campo das armas de destruição de massa, químicas, bacteriológicas ou nucleares; ao mesmo tempo, fica estabelecido o monopólio da superioridade militar norte-americana. Washington avisou que não permitirá que nenhum outro país chegue ao ponto de estabelecer uma bipolaridade estratégica. O que está, por enquanto, limitado ao terreno da segurança pode resvalar perigosamente para outros campos do processo internacional. Neste caso, teríamos uma tentativa, mesmo não sendo bem-sucedida, de estabelecer uma ditadura planetária em nome dos ideais de justiça da humanidade, mas causaria ao mundo um nível de tensão que, por ora, dificilmente pode ser avaliado.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise, 1919-1939*. Brasília, Ed. da UnB, 1981.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Simon and Schuster. Nova York, 1994.

PEIXOTO, Antonio Carlos *et al.* *Terrorismo. Tragédia e razão*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2002.

————— e BEVERLY SILVER, *Chaos and governance in the modern world system*. Londres e Minneapolis, Minnesota Press, 1999.

————— *O capitalismo histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

————— (org). *The age of transition. Trajectory of world system, 1945-2020*. Londres e New Jersey, Zed Brooks, 1996.

RESUMO – O OBJETIVO central deste artigo é efetuar uma análise da política exterior norte-americana partindo do paradigma do interesse nacional, e ao mesmo tempo buscando integrar este paradigma com a autopercepção da existência de um fundamento moral embasado na lógica do interesse. Em um segundo momento, procura-se avaliar a configuração do sistema internacional e as condições do exercício da hegemonia dos Estados Unidos, e até que ponto esta hegemonia pode ser ameaçada. Finalmente, discute-se a atual conjuntura criada depois do 11 de setembro, as tomadas de posição do Governo Bush diante do Iraque, e o unilateralismo que atinge seu ponto máximo na recém-anunciada “Doutrina Bush”.

ABSTRACT – THE MAIN purpose of this article is to analyse the north american foreign policy from the point of view of the national interest, at the same time that it tries to articulate this notion with the self-perception of a moral basis supporting the national interest. In a second moment the article discusses the present shape of the international system and the conditions under which the american hegemony is being exercised, and up to what extent the hegemony can be threatened. Finally, it examines the present trends created after the 11th September and the Bush government attitudes towards Irak, and the unilateralism prevailing in the White House, which reached its highest level in the “Bush Doctrine” recently announced.

Antonio Carlos Peixoto é professor de Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.